

Precariedade como “estilo de vida” na era neoliberal

Christian Laval

Professor de Sociologia da Universidade Paris-Ouest Nanterre-La Defense. Co-autor do livro “A Nova Razão do Mundo”, escrito com Pierre Dardot.

Resumo

O autor propõe que, sob a perspectiva biopolítica do capital, a precariedade já se tornou intelectualmente e logo deve se concretizar quase em uma forma de existência, um “estilo de vida”. As últimas décadas mostraram em que consistia a política neoliberal de perda de segurança nos empregos, o que poderíamos chamar de produção política de insegurança social. O texto trata, então, da incerteza como forma de existência de uma sociedade de empreendedores e o empreendedor de sua própria vida contra o assalariado protegido.

Palavras-chave: precariedade; estilo de vida; neoliberalismo.

Résumé

L'auteur propose que, du point de vue biopolitique du capital, la précarité est devenue d'abord intellectuellement et doit devenir pratiquement une forme d'existence, un “art de vivre”. Les dernières décennies ont montré en quoi consistait la politique néolibérale d'insécurité des emplois, ce qu'on pourrait appeler la production politique d'insécurité sociale. L'article traite de l'incertain comme la forme de l'existence d'une société d'entrepreneurs et de l'entrepreneur de sa vie contre le salarié protégé

Mots clés: précarité; art de vivre; néolibéralisme.

Versão de conferência proferida na Universidade de Paris-Ouest Nanterre, La Défense, no quadro do encontro internacional “To have the courage of uncertainty”, Cultures of Precarity, 6-7 de Dezembro de 2012. Tradução de Gisely Hime e revisão técnica de Leonardo Gomes Mello e Silva.

Longe de ser apenas um modo de gestão do trabalho pelo capital, gostaríamos de propor aqui que, sob a perspectiva biopolítica do capital, a precariedade tornou-se, primeiro intelectualmente e deve se tornar praticamente uma forma de existência, um “estilo de vida”. Em outras palavras, gostaríamos de levar a sério a frase bem conhecida de Laurence Parisot, a atual presidente do MEDEF¹, quando ela disse: “A vida é precária, o amor é precário, por que o trabalho escaparia desta lei? (Le Figaro, 2005)”. Sempre é bom levar a sério essas pequenas frases que parecem insignificantes, mas que, sem sequer precisar de longa exegese, falam da dominação do capital sobre o trabalho e a vida, como esta outra sentença inesquecível também de Laurence Parisot, que afirma: “a liberdade de pensamento termina onde começa o código de trabalho”. Temos aqui um discurso claro de uma estratégia oculta.

Se seguirmos esse pensamento a respeito da precariedade como lei natural, lei da espécie, veremos que existe aí um naturalismo que coloca em pé de igualdade nossa condição mortal, nossa situação de trabalhador exposto à precariedade do trabalho e ao desemprego, e nossa relação afetiva com os outros, exposta que está à ruptura, ao divórcio e à separação. A precariedade, segundo o raciocínio da representante do patronato, é exatamente uma condição existencial em sua tripla dimensão de vida: biológica, econômica, afetiva e amorosa. Inútil sublinhar aqui a dimensão ideológica, por vezes cínica, do propó-

1_ Nota de tradução: *Mouvement des Entrepreneurs Démocratiques Français* (MEDEF) é uma organização de empregadores fundada em 1998, que representa as empresas francesas.

sito que transforma e reconhece, ao mesmo tempo, aquilo que, particularmente nos meios populares, constitui a tripla dimensão da condição precária: vulnerabilidade diante do emprego, fragilidade da conjugalidade, e exposição à doença.

Mas, este naturalismo não seria justamente uma proposta ideológica se não estivesse apoiado em disposições e dispositivos que fazem, com efeito, da vida, do trabalho e do amor um certo “estilo de vida”, inscrito e reconhecido na lei e nas instituições.

A questão que se coloca ao sociólogo, se ele levar a sério a fórmula de Parisot, seria, então, de saber como essa forma de existência toma corpo, como ela pode se estender bem além do trabalho tão somente. No que diz respeito a este último, as coisas são bastante claras. As últimas décadas mostraram em que consistia a política neoliberal de perda de segurança nos empregos, o que poderíamos chamar de produção política de insegurança social, e que vai junto com a segurança policial - uma política neoliberal que recoloca o binômio liberdade e segurança no qual Michel Foucault viu a marca do governo liberal. Rememoremos a célebre divisa da fisiocracia francesa: “Propriedade, Liberdade, Segurança”, inscrita na Declaração dos Direitos do Homem de 1789 (art. 2)². Mas, poderíamos igualmente lembrar a proposta de Bentham, cuja obra jurídico-política visa estabelecer a “*fabric of certainty*”³, o edifício da certeza como condição para o desenvolvimento de interesses privados. Certeza que consiste em assegurar ao proprietário a garantia dos frutos de seu trabalho e a satisfação das expectativas bem fundadas, e que supõe a educação dos indivíduos para calcular as consequências de seus atos, antecipando assim o princípio de responsabilidade individual ilimitado que deve reger as relações entre os indivíduos de uma sociedade reduzida a uma coleção de indivíduos.

Em um momento-chave na história social europeia e francesa, marcada por uma pressão muito poderosa dos empregadores e governos de plantão em favor de uma maior erosão do direito social em nome da “competitividade” e da “redução da dívida”, é importante considerar todas as formas de ideali-

2_ Cf. o comentário de Arnault Skornicki (2011).

3_ Nota da tradução: Em inglês no original.

zação da precariedade, isto é, como foi valorizada a insegurança social na história e no nosso tempo.

Seria errado, na verdade, pensar que a nova gestão do emprego é somente negativa, e que se destina apenas a desregular o direito do trabalho e a desmantelar as proteções sociais para desestabilizar os estáveis. Esta nova gestão do emprego apoia-se, em vez disso, em uma certa concepção de vida, que não pode ser compreendida somente como negativa, como sugerido pelas palavras “precária”, “insegura” ou “precariedade”. Do ponto de vista patronal, na concepção propriamente neoliberal, o que chamamos de precariedade é designado por palavras muito mais positivas: as de “empresendedor”, “empresa” ou “empreendedorismo”.

O que nos indica que “a cultura da precariedade”, da parte dos dominantes, ou seja, daqueles que assumem o discurso capitalista, existe bela e formosa, e que se trata da racionalidade empresarial, que é a versão positiva, legítima e dominante do que chamamos aqui de “precariedade”. A empresarialidade⁴ é a concepção da precariedade vista do alto. Esta empresarialidade apresenta-se como um modo de governo das condutas dos trabalhadores, mas pretende ser também um modo de existência novo que, além do emprego, faz da ligação instável, móvel, instrumental com a organização produtiva e com as instituições sua própria marca e seu alto valor agregado. O que está em questão é algo que poderia ser chamado de “mais-vida” [por analogia à “mais-valia”] que a empresarialidade traz, e que também poderia ser nomeado de precariedade de luxo.

Poderíamos nos enganar ao pensar que a valorização desta “precariedade de luxo” concerne apenas a alguns funcionários de altos salários, de “elevado potencial”. Preferimos sugerir antes que, se a precariedade pode ser uma “tática” de vida para escapar dos constrangimentos de um emprego assalariado alienante, pode também ser uma estratégia para impor um modelo para todos os trabalhadores, com efeitos altamente diferenciados e desiguais de acordo com a posição ocupada nas novas organizações de trabalho.

4_ Nota da revisão técnica: o termo traduz o original *entrepreneurialité*, que por sua vez traduz o termo inglês *entrepreneurship*; veja-se a própria explicação do autor em Dardot e Laval (2016, p. 134, nota 4).

1. A INCERTEZA É A FORMA DE EXISTÊNCIA DE UMA SOCIEDADE DE EMPREENDEDORES

Que a empresa se apresenta como uma forma de vida, não é novidade. A “sociedade comercial”, para retomar as palavras de Adam Smith, é uma sociedade que coloca como centro da vida tanto a busca da felicidade como a incerteza. O raciocínio probabilístico que trama as reivindicações de uma nova ordem econômica no século XVIII não exclui a incerteza: tenta limitá-la, controlá-la por um sábio cálculo dos riscos, como em uma construção de uma ordem institucional que confinará seus riscos unicamente ao jogo do comércio, controlando ou eliminando aqueles ligados aos caprichos de príncipes e humores do povo. Toda a arte do comerciante, do negociante, do empreendedor, será a arte do cálculo razoável, que implica a estabilidade das condições mesmas em que se operam as escolhas, em particular a estabilidade da ordem fiscal, jurídica e política que garantirá aos investimentos a máxima segurança.

Isso não impede que apareça uma nova concepção de vida ao lado daquela que assegura ao proprietário os frutos de sua exploração. Com efeito, é em meados do século XVIII que emerge a figura do empreendedor, ou do fazedor de projetos, o qual rapidamente se desenha como um novo modo de existência que faz do incerto seu próprio princípio. E não é irrelevante notar que o incerto é, desde cedo, apresentado como um modo de vida que se estende bem além da condição única de empreendedor no sentido econômico do termo. Tomarei por testemunha aqui, entre outros, Richard Cantillon, que é, com seu *Ensaio sobre a Natureza do comércio em geral*, publicado em 1755, o grande pensador da incerteza econômica como dimensão essencial do comércio no sentido mais amplo que ele dá a este termo; uma incerteza que não é puro acaso, mas a multiplicidade avaliativa de possibilidades, o que torna a vida um espaço de escolha e estratégia. Cálculo e escolha serão precisamente os atributos do homem econômico como “empreendedor”.

A grande lição de Cantillon é que o comércio e a incerteza são um só: é verdade que, primeiro na

agricultura, onde o agricultor é empreendedor que trabalha e investe “sem a certeza do benefício a obter dessa empresa” (Cantillon, 1997, p. 28); em seguida, para todos os comerciantes e industriais que usam a matéria prima da agricultura, os quais atuam na incerteza, e, finalmente, para todos aqueles que negociam seu trabalho. Para Cantillon, o empreendedor está em toda parte e em todas as classes; há os pequenos e os grandes: “são os empreendedores que cultivam a terra, que fornecem pão, carne, roupas, a todos os habitantes de uma cidade. Aqueles que trabalham a serviço desses empreendedores buscam também se tornar como eles, invejando uns aos outros” (Cantillon, 1997, p. 117).

Mas o que é notável e o situa em seu momento histórico é que a marca registrada de todos estes “empreendedores” é que eles vivem na *dependência* - o que os opõem aos que vivem com independência, a saber, os proprietários, e, especialmente, o primeiro deles: o Monarca. A independência é o bem do proprietário que recebe os rendimentos, quando os empreendedores são dependentes do incerto, ou seja, do mercado. Comércio e finanças, contra o policiamento das profissões regulamentadas, propõem pela voz de Cantillon uma nova figura social. Cantillon opõe assim o empreendedor ao proprietário: “Estabelecerei por princípio que os proprietários de terras são independentes, naturalmente apenas em um Estado; todas as outras classes são dependentes, quer como empreendedores ou como penhorantes a serviço de outrem (*à gages*), e toda troca e circulação do Estado é conduzida por meio desses empreendedores”.

A dependência, na verdade, assume duas formas: a do serviço (*gage*) e a da empresa. Mas os empreendedores não são menos serviçais (*à gages*) do que os empregados domésticos ou cortesãos: a diferença é que seus ganhos são mais incertos. “Por todas estas induções e uma infinidade de outras que poderiam ser feitas em um assunto que diz respeito a todos os habitantes de um Estado, podemos estabelecer que, excetuando o Príncipe e os Proprietários de Terras, todos os habitantes de um Estado são dependentes; eles podem ser divididos em duas classes, a saber: Empreendedores e Pessoas a serviço (*gens à gages*);

e que os Empreendedores estão tão incertos quanto aos serviços, quanto os de serviço fixo estão incertos em relação ao tempo que usufruirão nele, ainda que suas funções e classificação sejam muito desproporcionais. O General que tem uma remuneração, o Cortesão que tem uma pensão, e a Doméstica que tem um serviço (*des gages*) enquadram-se nesta última categoria. Todos os outros são empreendedores, quer estejam estabelecidos com um fundo para conduzir seus negócios, quer sejam eles empreendedores de seu próprio trabalho sem nenhum fundo, e podem ser considerados como vivendo na incerteza - mesmo os Mendigos e Ladrões são Empreendedores desta classe” (Cantillon, 1997, p. 31-32).

“Viver na incerteza”, tal é a sorte dos empreendedores. O risco é inerente à sua existência, em que a remuneração depende do preço obtido no mercado.

O empreendedor é o homem de uma nova forma de guerra, a guerra comercial, a concorrência. As palavras empreendedor e empresa, que são francesas, são interessantes porque, antes mesmo de remeter à aventura econômica, designam uma ação audaciosa de herói, especialmente uma ação de guerra. A guerra é o primeiro campo da ação ousada e arriscada. Empreender na guerra é assumir riscos, é se arriscar ou arriscar a honra. O que pode ser uma paixão extremamente criticável quando não é disciplinada e orientada para uma finalidade aceitável, é o grande tema desde o renascimento dos “loucos negócios” (Vérin, 2011, p. 89). O empreendedor concilia duas imagens: a do herói que “empreende” e a da mente que calcula racionalmente. Ele não substitui o herói, não o demole como escreveu Paul Bénichou (2008), mas combina as virtudes de herói e espírito comercial racional.

Permanece a inquietação que atormenta Cantillon, aquela que liga o empreendimento e a dependência aos mecanismos anônimos do mercado, que é precisamente o lugar de incerteza. Generalizar a dependência ao mercado é fazer da “vida na incerteza” o modo de existência de todos, e particularmente dos empregados, dos não-proprietários. Exceto para algumas categorias fora do mercado, a dependência ao mercado é generalizada. A incerteza é, pois, a característica central de uma sociedade de

mercado, uma sociedade em que a indústria é livre e onde o trabalho é feito por aqueles chamados por Cantillon (1997) de “empreendedores de seu próprio trabalho”; expressão que me parece ser a base desta concepção que permite ao trabalho tornar-se uma mercadoria, de acordo com uma troca que ressalta o único acordo livre de indivíduo para indivíduo. É o que vamos encontrar no edito de Turgot sobre a abolição das guildas e corporações: “o que o Estado deve a cada um de seus membros é a destruição dos obstáculos que os entavam em sua indústria ou lhes perturbam no gozo dos produtos que são sua recompensa” (Turgot apud Castel, 1995, p. 176).

O que é interessante notar é que muito antes do capitalismo industrial se estabelecer, o capitalismo comercial que faz de cada um empreendedor impôs seu padrão até nas leis e nos desempenhos. Polanyi estava certo quando mostrou o tipo de projeção, para o futuro e para toda a sociedade, do trabalho-mercadoria e do trabalhador como empreendedor, mesmo quando eles não são reconhecidos como cidadãos plenos.

Mas, ao mesmo tempo em que se alardeia a liberdade de trabalhar, a natureza contratual da transação do trabalho, existe a preocupação de que o trabalhador deva baixar o preço de sua mercadoria para ser empregado em meio à concorrência.

A figura do empreendedor vai se especializar, segundo Jean-Baptiste Say, e não será mais o modelo universal. A diferença para com o trabalhador assalariado se torna mais precisa. Say distribui a noção de trabalho em três funções distintas: a do cientista que produz conhecimento, do empreendedor que o aplica para produzir novas utilidades, e aquela do trabalhador que executa a operação produtiva (Say, 1803; 1841).

O empreendedor da indústria é o principal agente de produção. As outras operações são essenciais para a criação de produtos; mas é o empreendedor que as implementa, que lhes dá um impulso útil, que lhes extrai os valores. É ele quem julga as – e sobretudo os meios para atingi-las, e quem compara o fim com esses meios; também é sua principal qualidade o julgamento (Say, 1803, p. 93).

Esta valorização do papel do empreendedor o

distingue do empregado. Aqui não cabe nenhuma confusão. É ele quem assume os riscos e o lucro é a remuneração daquela ocasião.

Seria preciso esperar até o século XX para conhecer novamente uma extensão universal do modelo do empreendedor para toda a sociedade. Os caminhos para tanto foram múltiplos. Podemos citar tanto as teses sobre o capital humano de Gary Becker quanto a concepção do homem-empendedor de certas correntes advindas do movimento austro-americano, ou ainda a promoção da gerência como nova cultura do risco e da mudança.

A grande figura da administração, Peter Drucker, na esteira de Schumpeter, reatribui ao empreendedor um valor heroico portador da “mudança” e do “risco” em um contexto de concorrência exacerbada entre as empresas. A gestão é a arte de explorar as oportunidades, de inovar, de introduzir mudanças. Uma “sociedade de empreendedores”: tal deve ser o objetivo perseguido por governos, escolas e empresas. Todos empreendedores e em todos os domínios da existência! A nova “gestão dos empreendedores”, conforme define Drucker, pretende difundir e sistematizar o espírito do empreendedorismo em todas as áreas de ação coletiva, especialmente no serviço público, tornando a inovação o princípio organizador universal. Todos os problemas são solúveis dentro do “espírito gestor” e da “atitude gerencial”; todos os trabalhadores devem enxergar a sua função e o seu envolvimento com a empresa com olhos de gerente. Mas essa gestão da inovação e da exploração não se detém nas portas da empresa. Como a “praxeologia” de Mises mostrou a seu modo, o modelo de gestão aspira uma validade prática universal. De maneira que o indivíduo pode e deve se considerar um empreendedor em todas as áreas. Existência e empresa identificam-se sob o efeito unificador de um certo “espírito” que é transversal e abrangente.

Esta dimensão do discurso neoliberal se manifesta de muitas formas. Educação e imprensa são solidárias a desempenhar um papel decisivo na difusão deste novo modelo humano genérico. As principais organizações internacionais e intergovernamentais, quase vinte ou trinta anos mais tarde, desempenharão um papel poderoso de encorajamento neste

sentido. É interessante notar que a Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a União Europeia, sem necessariamente se referirem ao lugar de elaboração desse discurso sobre o indivíduo-empresa universal, serão poderosos retransmissores dele, fazendo, por exemplo, da formação dentro do “espírito da empresa” uma prioridade dos sistemas de educação nos países ocidentais. Que cada um seja empreendedor por si só e de si mesmo: a maior inflexão que a corrente austro-americana e o discurso gerencial neo-schumpeteriano atribuem à figura do homem econômico.

Aqui está o conteúdo das estratégias políticas ativamente incentivadas pelo patronato. A oposição entre dois tipos de homens: os “riscófilos”, dominantes corajosos, e os “riscófobos”, dominados temerosos. O “riscófilo” é a característica própria e positiva da cultura da precariedade vista do topo, na qualidade do empreendedor. Estamos lidando aqui com um *discurso estratégico* que se pretende como emancipatório, libertador de encargos legais e regulamentações governamentais. Não devemos negligenciar essa pretensão emancipatória, mesmo que a crença nela, assim como o fazem alguns discípulos de Foucault – François Ewald ou atualmente Geoffroy de Lagasnerie – pareça distorcer a leitura dos cursos de Foucault em um sentido problemático.

Preferiria enfatizar a dimensão estratégica que contém essa figura do indivíduo- empresa e a concepção dessa sociedade empreendedora, em oposição à suposta tese foucaultiana que veria aí uma concepção libertadora e emancipadora.

2. O EMPREENDEDOR DE SUA VIDA CONTRA O ASSALARIADO PROTEGIDO

A “questão social”, tal como ela se coloca no século XIX, remete à perplexidade de muitos observadores ante a dependência do novo assalariado proletarizado às mudanças no comércio nacional e internacional. O pauperismo explode a olhos vistos, monstro social de uma população excedente. A incerteza da economia vira drama social. A incerteza é o pauperismo industrial. A vulnerabilidade de massa afeta a nova classe de assalariados corta-

dos de suas antigas solidariedades e aumenta com as riquezas das nações (Castel, 1995).

É o que Tocqueville constata em seu pequeno *Memorial sobre o Pauperismo*, de 1835. O livre contrato de trabalho, o livre comércio e a natureza cíclica da economia produziram um estado de dependência que se descobre, então, como um fenômeno novo e trágico. Tocqueville observa, como muitos outros, que as regiões mais prósperas e industrializadas são também aquelas com o maior número de pobres, e isto porque a “classe industrial” recebeu de Deus “a missão especial e perigosa de prover por sua conta e risco a felicidade material de todas as outras” (Tocqueville, 1999, p. 21). É a multiplicação de necessidades artificiais que aumentou tanto a indústria quanto a exposição dessa classe industrial às variações do mercado não somente nacional, mas mundial.

Qual seria, pois, a solução para Tocqueville? A da propriedade! O que é necessário, com efeito, ao proletariado, àqueles “que não tem sob o sol outras propriedades senão seus braços” e estão, portanto, por isso em “dependência absoluta do acaso”? Eles precisam da propriedade da terra, caso sejam trabalhadores rurais, e a possibilidade de criar suas empresas industriais, caso sejam operários, por meio do recurso a empréstimos bancários alimentados pela poupança das classes pobres. Que os pobres emprestem aos pobres para que se tornem proprietários, e o problema será resolvido (Tocqueville, 1999).

Seria vão, de fato, contar com assistência. Não é que esses novos pobres da era industrial estejam permanentemente abaixo do nível da miséria. É que recaem na miséria como resultado da crise econômica. Mas a contradição salta aos olhos: a propriedade não impedirá esses trabalhadores de serem expostos aos riscos do comércio, aos perigos da concorrência.

O Estado-Providência põe fim a esta ficção de empreendedores ou de comerciantes trocando serviços por contratos de aluguel mais ou menos pontuais. Se seguirmos Castel, a solução consistirá em expandir o regime de propriedade aos assalariados sob a forma não de uma propriedade individual ou mesmo coletiva, mas como uma propriedade social.

Esta será a sociedade salarial em que o salariedade não é mais um precariado proletário⁵, mas fornece um estatuto detentor de direitos. O Estado-Providência faz da remuneração uma condição mais estável, mais durável, dando direitos objetivos garantidos por acordos coletivos e leis. O que estabiliza tanto a relação de subordinação do trabalho ao capital quanto a constituição de diferentes grupos profissionais ciosos de sua distinção.

Sabemos agora que a norma neoliberal generalizada da concorrência é incompatível com este tipo de propriedade social, com este salariedade integrado e estabilizado, dito fordista. Tem sido frequentemente descrita a desintegração da condição salarial “por baixo”, isto é, pela proliferação de formas precárias de emprego. Ora, uma tal desintegração certamente se encontrou com um outro processo, que é a recusa da condição operária, a qual está bem demonstrada por pesquisas como as de Beaud e Pialoux, e algumas formas de recusa do trabalho, fazendo assim da precariedade uma tensão, a saber, uma contradição – como diz Patrick Cingolani.

Gostaria de lembrar aqui que o processo de precarização não poderia se espalhar se não houvesse, por parte da gestão, uma política de valorização da precariedade e um pacote de medidas, de dispositivos de acompanhamento dessa valorização da precariedade. Tal valorização da precariedade passa precisamente pela restauração da velha figura rejuvenescida do empreendedor de si mesmo.

Sabemos que a gestão põe em funcionamento novas formas de mobilização da mão de obra, novas formas de organização, de contratação e avaliação de funcionários por “missão” e “projeto”. Um dos aspectos dessa gestão contemporânea é a reabilitação do “empreendedor de seu próprio trabalho”, descrita por Cantillon, ainda que em um contexto muito diferente, como o “empreendedor de sua própria carreira”.

5_ Nota da revisão técnica: As duas expressões – salariedade e precariado – são neologismos e não existem na língua portuguesa. São, contudo, amplamente empregadas no jargão da sociologia do trabalho. A primeira foi consagrada pela literatura francesa e sua variação nativa é o termo “salariedade”; a segunda alcançou grande repercussão com o livro de Guy Standing, *The Precariat. The new dangerous class*, London and New York: Bloomsbury, 2011. Desde então, o termo vem sendo utilizado largamente entre especialistas da área, sendo que edição brasileira da obra (Autentica, 2013) manteve o termo original.

Em outras palavras, a pulverização da proteção do assalariado proprietário de direitos coletivos, a erosão da sociedade salarial, passa por uma generalização do modelo do novo empreendedor, na qual esse último retira a sua fonte, em alta não tanto entre artistas e pesquisadores, mas na elite do salariedade burguês diplomado, que faz da precariedade uma escolha assumida, de sua mobilidade profissional e geográfica um verdadeiro estilo de vida, como que decalcado e ritmado pelo fluxo do próprio capital. Um estilo de vida que produz a figura de um indivíduo-capital, cuja situação de emprego é precisamente tão móvel e tão mundial quanto o próprio capital.

Essa estratégia cultural de pulverização vem do “alto”: ela consiste em fazer do jovem executivo e graduado o vetor de um “novo estilo de vida” válido para todos. Não se trata, portanto, de uma vítima da máquina a ser excluído, mas um voluntário da liberdade empresarial no seio mesmo do salariedade. Essa empresarialidade salarial, se se pode dizer assim, essa condição de empreendedor de sua própria carreira e de sua própria vida assume múltiplas formas, adaptadas aos dispositivos de intermitência de missões e projetos. *Super interinos, job crafting*, trabalhadores de portfólio – tantos termos que falam da variedade de novas formas idealizadas de precariedade de luxo⁶.

Nessa literatura, é raro o questionamento sobre os fatores que, por parte das formas do capitalismo, determinam a promoção de um tal modelo de engajamento no trabalho. A exploração de novos recursos subjetivos e cognitivos, a pressão da concorrência por inovação, a relativa escassez de competências gerenciais ou de informática, o fluxo de capital financeiro, a exigência de desempenho, contam muito pouco. Por outro lado, o que é destacado é a liberdade criativa, mais ainda a capacidade redescoberta de *se fazer*, de *se produzir* e, sobretudo, de *se inventar* ou de *se reinventar* constantemente por meio da atividade profissional ou, mais precisamente, por múltiplas

6_ Para dar apenas um exemplo, as revistas de gestão, voltadas ou não ao grande público, estão agora repletas de discursos que valorizam o *interim management*, apresentado como um equivalente de liberdade. O fenômeno conquistou o assalariado de alto nível, com um discurso positivo sobre “*supertemp*” – uma contração das palavras “super” e “temporário”, aqueles que poderiam ser chamados os “super interinos” ou “interinos de luxo”. Um deles declarou à revista *Management* (Dezembro de 2012, p. 109): “Ao abandonar o sistema assalariado, eu me tornei um ator da minha vida profissional e meu próprio patrão”.

tipas experiências que se deve viver para construir um “portfólio” de competências. Em outras palavras, para ser eficiente, para ser inovador, é preciso tornar-se si próprio objeto de desempenho, invenção, criação. Essa literatura gerencial apresenta o trabalhador de alta qualificação como um empresário de sua carreira, mas também e mais profundamente como um “artista” de si mesmo.

Trata-se de levar uma “vida de artista”? Não se trata aqui tanto de viver como um artista, mas de se tornar um artista de si mesmo, de se tornar obra, de se transformar permanentemente. Não apenas um profissional que goza da liberdade de organizar seu trabalho e gerenciar sua carreira segundo uma ligação mais fraca com a organização fordista, mas ser aquele que consegue produzir, fabricar seu próprio trabalho, segundo receitas de “*job crafting*”, e que os consultores e *coaches* resumem na frase “faça do trabalho que você tem o emprego dos seus sonhos”. Poderíamos aqui nos remeter tanto às análises de Boltanski e Chiapello como aos trabalhos de Pierre-Michel Menger, mesmo se nelas possamos encontrar uma dimensão demasiadamente complacente.

Não se trata apenas de recuperar a crítica, integrando as formas de distância ou de recusa dos constrangimentos do trabalho; trata-se, provavelmente, de tudo isso, porém de ainda mais. Trata-se do que Pierre Dardot e eu próprio chamamos de uma nova forma de subjetivação, de *ultrasubjetivação* que consiste na exigência de auto-superação constante, na busca de um além de si mesmo, que não pode mais encontrar nas formas tradicionais de emprego o quadro onde essa subjetivação pode ser formada e ter os seus efeitos desdobrados.

3. CONCLUSÃO

De minha parte, gostaria de ressaltar quatro dimensões que me parecem importantes para nossa reflexão sobre as “culturas da precariedade”. Primeiro, uma observação bastante evidente sobre a natureza mistificadora desta “cultura do empreendedorismo”, que não caminha sem a dissimulação e sem as condições e consequências dessa nova relação com o emprego e desse tipo de compromisso com o

trabalho. Ela mascara inicialmente o fato de que este “mercado de altas competências” que permite esse nomadismo profissional não produz efeitos benéficos sobre a remuneração e a cotação dos profissionais senão em setores restritos da economia e em empregos específicos. Ela mascara igualmente alguns dos efeitos subjetivos dessa “responsabilização” do indivíduo, exposto sem proteção às mudanças do mercado das altas competências. Ela não retém disso senão os aspectos precisamente mais idealizadores da invenção de si mesmo. Mascara a generalização estratégica da figura do trabalhador-empendedor, o que serve obviamente para obter dois efeitos: por um lado, uma naturalização-eufemização da invalidação social dos excluídos; por outro, uma alavanca de destruição do Estado Social. Não se trata do “fim do salariedade”, mas de uma reformulação do trabalho assalariado sob a figura do empreendedor. O que é também uma reformulação do indivíduo orientado a “assumir o comando”, a gerenciar seus riscos, e isso não só para destruir as estruturas protetoras estáveis e os direitos sociais excessivamente rígidos, mas para colocar a serviço do capital uma força criativa, uma força inovadora que é pensada para andar junto com a concorrência interindividual.

Fazer do neo-assalariado o artista de si mesmo, aquele que se faz a si próprio, inventando-se, renovando-se, não é endossar uma evolução espontânea para uma maior autonomia, mas reformular as condições de engajamento no trabalho, alterando as condições de emprego, a fim de fazer jorrar de uma nova subjetividade reservas de produtividade, fontes de competitividade e justificativas para lucros fabulosos acumulados por algumas estrelas. Não se deve esquecer que essa cultura de empreendedorismo é também uma máquina argumentativa muito poderosa que gostaria de tornar a riqueza desejável e justificada.

O segundo ponto que gostaria de enfatizar é que essa cultura do empreendedorismo não é apenas uma mistificação ideológica. É “operacional” – se me for permitida esta palavra da gerência – ela funciona. E funciona com o apoio de toda uma gama de profissionais de acompanhamento e de invenção de si, desses “gestores da alma” dos quais fala Valérie Brunel. O trabalho de acompanhamento por *coa-*

ching, da gestão de riscos, percebido por Castel já no início dos anos 1980 como uma das manifestações do governo neoliberal, desde então tem se expandido; o *coaching* acompanha, daí em diante, o reinventar-se de si mesmo; visa reforçar a capacidade de mudar a carreira, a vida. “Atreva-se a ser você mesmo”, mas, especialmente, atreva-se a se produzir você mesmo. Os *coaches* também aconselham aqueles que querem subir ao mais alto na hierarquia, no sentido de “sair dos caminhos batidos, de deixar as zonas de conforto”.

Mas, se Castel já demonstrava, no início dos anos 1980, o avanço da psicologização das relações profissionais e sociais, em particular com o desenvolvimento de “tecnopsicologias”, ele não podia ainda avaliar a extensão que atingiriam os dispositivos de desempenho e de gozo no capitalismo e na sociedade trinta anos mais tarde. O que mereceria ser analisado aqui é o conjunto de técnicas de si, o conjunto das novas profissões que operam as novas ascensões da invenção de si mesmo, o “desenvolvimento pessoal”, que visam ao aperfeiçoamento contínuo e ao incremento do seu potencial humano, a se aumentar a si mesmo se reinventando⁷.

Minha terceira observação diz respeito ao fato de que a estratégia do empregador, que consiste em atacar o coração do sistema de salários, particularmente o contrato de trabalho de duração indeterminada, estendendo-o, como faz o MEDEF, nas discussões atuais, e propondo o contrato intermitente a todos os setores da economia, fundamenta-se ou toma pé em uma “cultura de si” destacada por muitos autores de longa data. O que me impressiona é a tensão extrema que vivemos entre a consideração da devastação social causada pela precarização do emprego, particularmente nas classes mais baixas, e o sucesso das temáticas do desenvolvimento do auto-potencial, da reinvenção de si mesmo. Para colocá-lo de forma bem rápida, devemos nos perguntar como a lógica do capital do tipo “sempre mais” ressoa subjetivamente na “mais-performance”, e mesmo naquilo que eu chamaria daqui em diante de “excedente de vida” (*plus-de-vie*); a intensificação da vida por meio de comportamentos de risco.

7_ Redireciono ao cap. XIII de Dardot e Laval (2010) [versão brasileira, 2016]

Meu quarto comentário tratará daquilo que temos debaixo dos olhos e não sabemos como dizer, ou não o dizemos suficientemente. Lê-se, inclusive na literatura acadêmica, que o artista e o pesquisador são os modelos idealizados do novo assalariado inventor de si mesmo, desfrutando de uma liberdade tanto maior quanto a sua relação com as limitações da burocracia é enfraquecida por seu nomadismo. Esse retrato do trabalhador como artista e pesquisador, esse discurso bem-sucedido, legitima as formas mais extremas de dependência – uma dependência sobre a qual Cantillon insistia. O que é hoje este “viver com a incerteza” no mundo da pesquisa e da cultura? Onde está a liberdade do jovem pesquisador condenado a estágios, férias e concorrência?

A precarização como reinvenção permanente de sua vida, o artista de si mesmo, o criador de si mesmo, é a figura mais ideológica de uma realidade mais sórdida ainda. E nós temos a evidência disso diante de nós, nós que conhecemos os doutorandos, os que frequentam os pós-doutoramentos, que aumentam diariamente as fileiras de empreendedores. Essa famosa liberdade é aquela da concorrência acirrada por empregos estáveis, mas também a da padronização profissional e da conformação de “produtos” a normas cada vez mais restritas. A competição uniformiza, modela, esquematiza os trajetos. Nós estamos bem posicionados para ver aonde conduz, em termos de pesquisa e ensino, essa precarização; a qual “cultura” ela afinal nos conduz. Certamente não aos grandes riscos da aventura intelectual, mas ao conformismo das publicações padronizadas, ao desengajamento político, à subordinação a regras burocráticas absurdas as quais Roland Gori e outros psicanalistas chamaram de “loucura-avaliação”.

REFERÊNCIAS

BÉNICHOU, Paul. **Morales du grand siècle**. Folio, 2008.

CANTILLON, Richard. **Essai sur la nature du commerce en general**. INED, 1997.

CASTEL, Robert. **Les Métamorphoses de la Question Sociale**. Fayard, 1995.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **La Nouvelle Raison du monde**: essai sur la société néolibérale. Poches/ La Découverte, 2010. [Versão brasileira: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016).

LE FIGARO. 30 de agosto de 2005

MANAGEMENT. Dezembro, 2012.

SAY, Jean-Baptiste. **Cours Complet d'Économie Polirique Pratique**. Paris: Daire, 1803.

SAY, Jean-Baptiste. **Traité d'économie politique**. Paris: Daire, 1843.

SKORNICKI, Arnault. **L'économiste, la Cour et la Patrie**. CNRS editions, 2011.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Sur le Paupérisme**. Allia, 1999.

VÉRIN, Hélène. **Entrepreneurs, entreprise**: histoire d'une idée. Paris: ClassiquesGarnier, 2011.

Recebido_ 07 de janeiro de 2017
Aprovado_ 10 de fevereiro de 2017